

Secretaria da
Fazenda



GOVERNO DO
TOCANTINS

Arrecadação

Análise das Receitas Estaduais
Recursos Ordinários - Fonte 100

Setembro - 2017

GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
Marcelo de Carvalho Miranda

SECRETÁRIO DA FAZENDA
Paulo Antenor de Oliveira

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E CONTABILIDADE GERAL
Maurício Parizotto Lourenço

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL
Ana Ferreira Alves Martins

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Alessandro Ramos Marques

ASSESSORA TÉCNICA E DE PLANEJAMENTO
Márcia Mantovani

ASSESSOR ECONÔMICO
Márcio Ferreira Lima

EQUIPE TÉCNICA
Haroldo Fernando Fritsch
Valdijane Alves Melo

É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

Praça dos Girassóis s/n – Centro
Palmas – TO – CEP 77.001-908,
Telefones: (63) 3218-1200 e 0800 63 1144

INTRODUÇÃO

O Governo do Tocantins vem trabalhando para superar o difícil momento econômico pelo qual passa o País e honrar todos os seus compromissos financeiros dentro dos princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública. Assim, valorizando a transparência dos dados técnicos e enaltecendo o princípio da publicidade, a Secretaria de Estado da Fazenda edita o Boletim de Análise da Arrecadação das Receitas Estaduais. De maneira resumida o documento expõe, por meio de tabelas e gráficos, a condição financeiro-tributária do Estado do Tocantins.

A análise abrange a arrecadação total das receitas estaduais referente à fonte de Recursos Ordinários (Fonte 0100), que tem como origem principal a arrecadação de impostos e transferências constitucionais, cuja destinação, salvo as vinculações constitucionais, é o repasse aos outros poderes (duodécimos) e órgãos, folha de pagamento, transferências constitucionais a municípios, serviço da dívida, custeio dos órgãos do poder executivo, contrapartida de convênios, dentre outras.

É realizado, também, comparativo entre os valores recolhidos e as estimativas da receita do Fundo de Participação dos Estados (FPE), principal fonte de recurso do Estado. Esse comparativo tem o objetivo de evidenciar o impacto dessa fonte de recursos nas contas do governo do Estado.

Por fim, é dado destaque ao desempenho da arrecadação do ICMS no cenário nacional, comparando os valores arrecadados pelos Estados e o Distrito Federal. A arrecadação do ICMS é ainda detalhada pelos principais segmentos econômicos.

PREVISÃO X ARRECADAÇÃO

As previsões de receitas são provenientes da Lei Orçamentária Anual nº 3.177, de 28 de dezembro de 2016, combinado com o Anexo II do Decreto nº 5.570, de 26 de janeiro de 2017, que estabelece as metas de arrecadação bimestral de 2017.

TABELA 1 – POR TIPO DE RECEITA – JANEIRO A SETEMBRO DE 2017

Receitas	Previsão	Arrecadação	Resultado	Em R\$
				% Arrec/Prev
TRIBUTÁRIAS	2.498.049.623	2.198.910.816	(299.138.807)	88,03
IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	317.133.404	200.017.949	(117.115.456)	63,07
IRRF sobre Outros Rendimentos	10.098.022	19.515.935	9.417.914	193,26
IPVA	183.887.764	175.968.018	(7.919.746)	95,69
ITCMD	19.390.325	17.757.264	(1.633.061)	91,58
ICMS	1.953.737.520	1.777.826.092	(175.911.428)	91,00
Taxas	13.802.588	7.825.558	(5.977.030)	56,70
PATRIMONIAIS	82.746.086	10.507.148	(72.238.938)	12,70
SERVIÇOS	3.992	1.728	(2.264)	43,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.687.338.920	2.696.351.719	9.012.799	100,34
FPE	2.667.043.426	2.691.058.698	24.015.272	100,90
Demais Transferências	20.295.494	5.293.021	(15.002.473)	26,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.674.279	57.640.731	4.966.452	109,43
Dívida Ativa	29.234.356	45.313.430	16.079.075	155,00
Demais Outras Receitas	23.439.923	12.327.826	(11.112.097)	52,59
RECEITAS DE CAPITAL - DJ	2.855.555	11.960.591	9.105.036	418,85
DEDUÇÕES DA RECEITA/Restituição	(842.303.117)	(814.968.983)	27.334.134	96,75
Total das Receitas	4.481.365.338	4.160.403.750	(320.961.588)	92,84

Fonte: Sefaz-TO. Nota: O item "Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias" foi lançado em "Outras Receitas Correntes".

PREVISÃO X ARRECADAÇÃO DE RECEITAS ESTADUAIS EM 2017

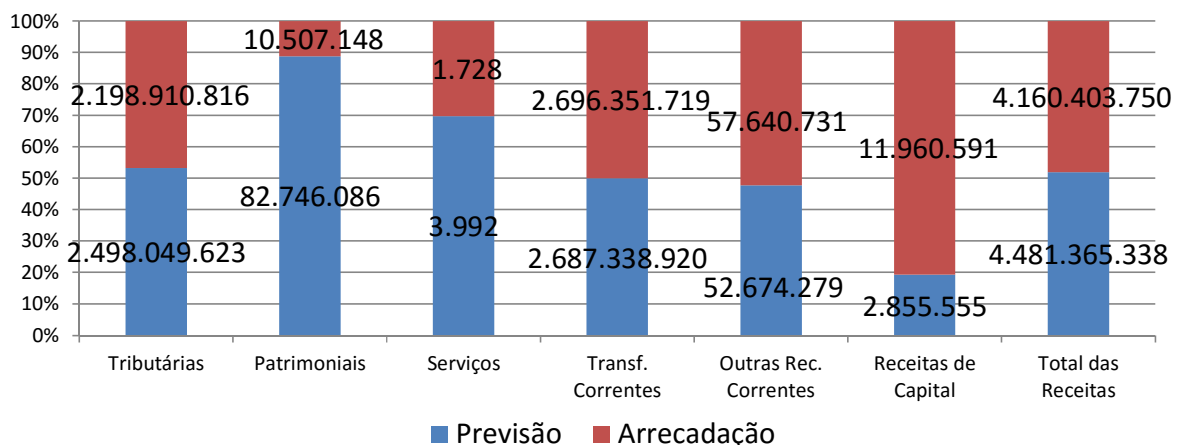
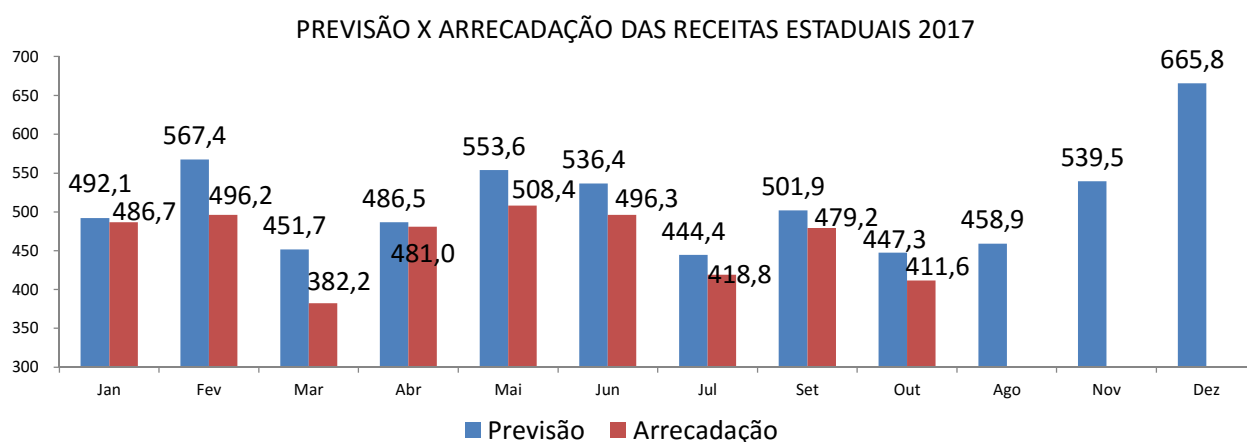


TABELA 2 – POR MÊS – JANEIRO A SETEMBRO DE 2017

Mês	Previsão	Arrecadação	Resultado	Em R\$
				% Arrec/Prev
Janeiro	492.104.832	486.749.343	(5.355.490)	98,91
Fevereiro	567.399.729	496.201.276	(71.198.453)	87,45
Março	451.723.691	382.249.937	(69.473.754)	84,62
Abril	486.513.555	480.951.467	(5.562.088)	98,86
Mai	553.644.379	508.353.147	(45.291.232)	91,82
Junho	536.401.531	496.322.674	(40.078.857)	92,53
Julho	444.388.229	418.839.365	(25.548.864)	94,25
Agosto	501.881.481	479.182.681	(22.698.799)	95,48
Setembro	447.307.909	411.553.860	(35.754.050)	92,01
Total	4.481.365.338	4.160.403.750	(320.961.588)	92,84
Outubro	458.945.376			
Novembro	539.522.507			
Dezembro	665.750.973			
Subtotal	1.664.218.856	-		
TOTAL	6.145.584.194	4.160.403.750	(320.961.588)	92,84

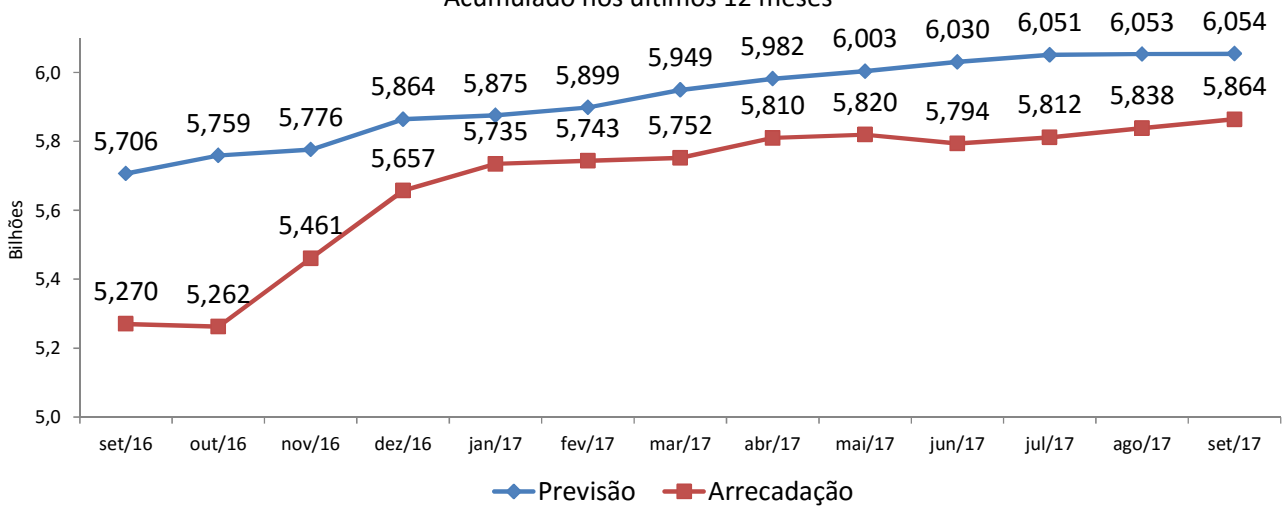
Fonte: Sefaz-TO e Anexo I ao Decreto n. 5.570/2017.



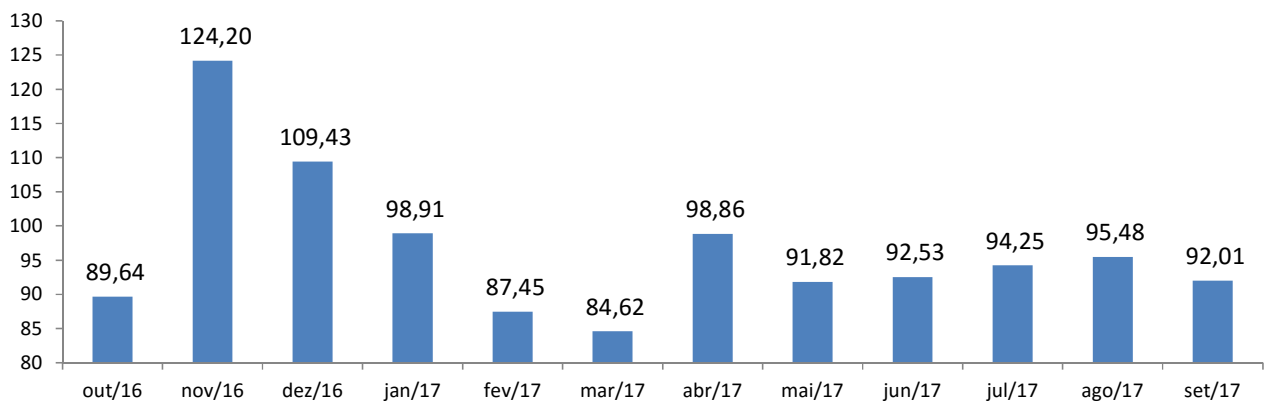
A previsão de arrecadação total das receitas de Recursos Ordinários foi de R\$ 4,48 bi no período de janeiro a setembro de 2017, enquanto o efetivamente arrecadado foi de R\$ 4,16 bi, gerando uma frustração de receita de R\$ 320,96 mi (foram recolhidos 92,84% do previsto).

A receita do FPE atingiu 100,90% do que estava planejado, havendo uma superação de R\$ 24,02 mi. A arrecadação do ICMS foi de R\$ 1,78 bi, ficando R\$ 175,91 mi abaixo do previsto, R\$ 1,95 bi, atingido 91% da meta. Também houve frustração na arrecadação do IPVA de R\$ 7,92 mi, atingindo 95,69% da meta.

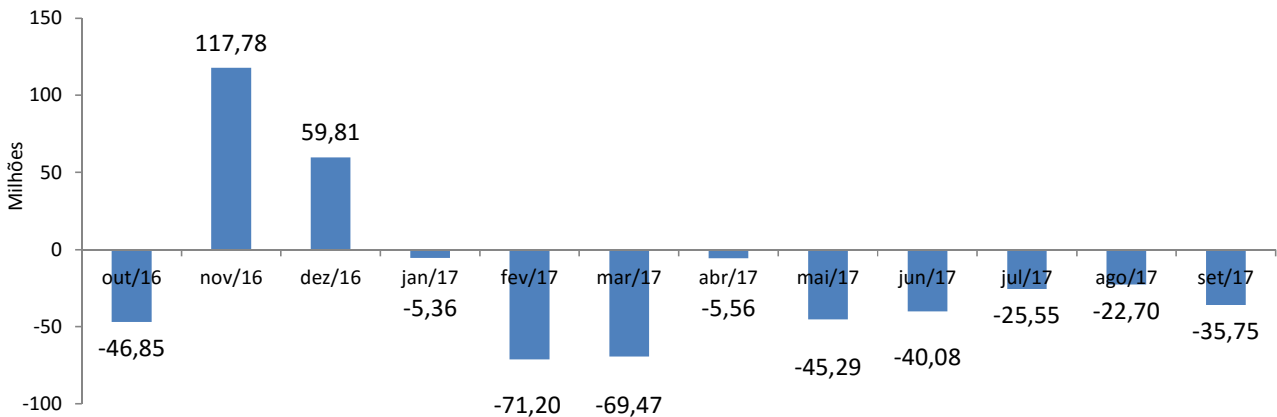
PREVISÃO X ARRECADAÇÃO DE RECEITAS ESTADUAIS
Acumulado nos últimos 12 meses



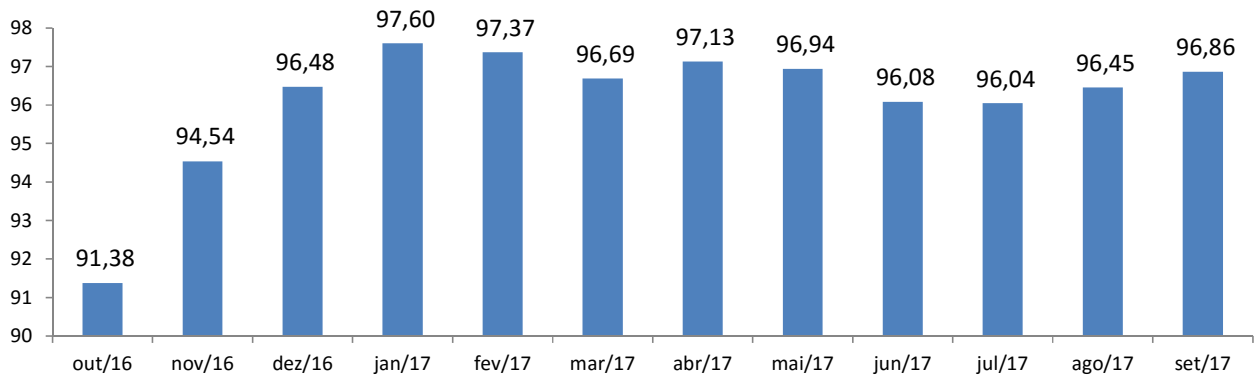
% DA ARRECADAÇÃO / PREVISÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS
Outubro 2016 a Setembro de 2017



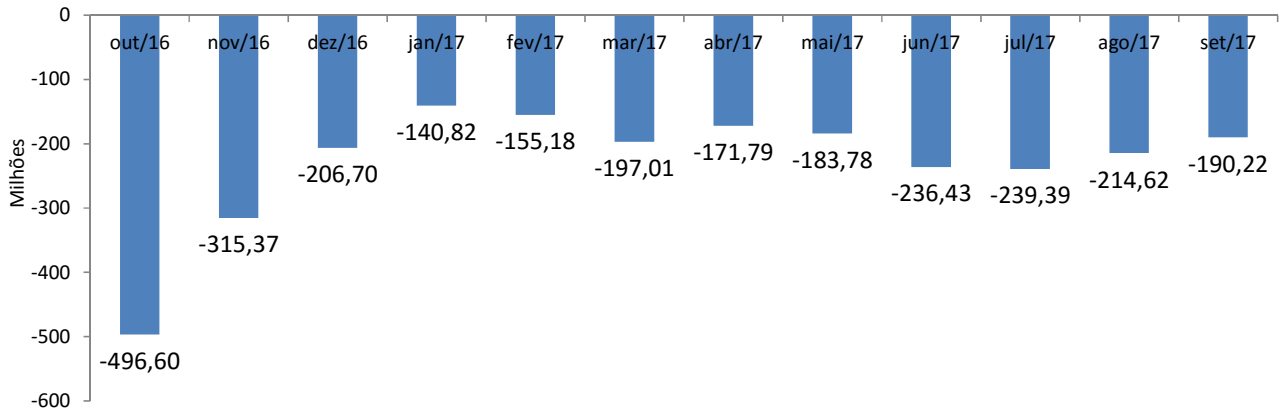
DIFERENÇA ENTRE ARRECADAÇÃO E A PREVISÃO DE RECEITAS ESTADUAIS
Outubro 2016 a Setembro de 2017



% DA ARRECAÇÃO / PREVISÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS
Acumulado nos últimos 12 meses



DIFERENÇA ENTRE ARRECAÇÃO E A PREVISÃO DE RECEITAS ESTADUAIS
Acumulado nos últimos 12 meses



No acumulado dos últimos doze meses (out/2016 a set/2017) foi prevista uma arrecadação de R\$ 6,05 bi e foram arrecadados R\$ 5,86 bi, atingindo 96,86% do previsto, com frustração de receita de R\$ 190,22 mi.

RECEITAS ARRECADADAS

TABELA 3 – POR TIPO DE RECEITA – JANEIRO A SETEMBRO (2016-2017)
NOMINAL (A PREÇOS CORRENTES)

Em R\$

Receitas	2016	2017	Var. %	Diferença
TRIBUTÁRIAS	2.120.964.488	2.198.910.816	3,68	77.946.327
IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	226.620.380	200.017.949	(11,74)	(26.602.432)
IRRF sobre Outros Rendimentos	5.672.358	19.515.935	244,05	13.843.578
IPVA	165.836.467	175.968.018	6,11	10.131.551
ITCD	12.028.214	17.757.264	47,63	5.729.049
ICMS	1.702.751.593	1.777.826.092	4,41	75.074.499
Taxas	8.055.476	7.825.558	(2,85)	(229.919)
PATRIMONIAIS	23.099.770	10.507.148	(54,51)	(12.592.622)
SERVIÇOS	16	1.728	10.703	1.712
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.509.388.166	2.696.351.719	7,45	186.963.553
FPE	2.486.949.307	2.691.058.698	8,21	204.109.391
Demais Transferências	22.438.859	5.293.021	(76,41)	(17.145.838)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	41.327.421	57.640.731	39,47	16.313.310
Dívida Ativa	28.960.248	45.313.430	56,47	16.353.182
Demais Outras Receitas	12.367.073	12.327.826	(0,32)	(39.247)
RECEITAS DE CAPITAL - DJ	8.397.142	11.960.591	42,44	3.563.449
DEDUÇÕES DA RECEITA	(749.443.206)	(814.968.983)	8,74	(65.525.777)
TOTAL	3.953.733.798	4.160.403.750	5,23	206.669.952

Fonte: Sefaz-TO. Nota: O item "Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias" foi lançado em "Outras Receitas Correntes".

TABELA 4 – POR TIPO DE RECEITA – JANEIRO A SETEMBRO (2016-2017)
REAL (A PREÇOS DE SETEMBRO/2017 – IPCA)

Em R\$

Receitas	2016	2017	Var. %	Diferença
TRIBUTÁRIAS	2.209.650.907	2.217.907.723	0,37	8.256.816
IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	235.575.661	201.364.389	(14,52)	(34.211.272)
IRRF sobre Outros Rendimentos	5.908.054	19.640.402	232,43	13.732.349
IPVA	172.092.433	177.381.652	3,07	5.289.219
ITCD	12.517.740	17.894.980	42,96	5.377.240
ICMS	1.775.155.050	1.793.734.658	1,05	18.579.608
Taxas	8.401.970	7.891.641	(6,07)	(510.329)
PATRIMONIAIS	24.154.716	10.580.204	(56,20)	(13.574.512)
SERVIÇOS	16	1.738	10.489,73	1.722
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.620.313.726	2.719.503.794	3,79	99.190.068
FPE	2.596.919.928	2.714.161.962	4,51	117.242.034
Demais Transferências	23.393.798	5.341.832	(77,17)	(18.051.966)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.142.503	58.169.359	34,83	15.026.856
Dívida Ativa	30.288.145	42.179.136	39,26	11.890.991
Demais Outras Receitas	12.896.593	10.757.206	(16,59)	(2.139.387)
RECEITAS DE CAPITAL - DJ	8.701.957	12.068.214	38,68	3.366.258
DEDUÇÕES DA RECEITA	(782.580.435)	(821.975.765)	5,03	(39.395.330)
TOTAL	4.123.383.390	4.196.255.267	1,77	72.871.877

Fonte: Sefaz-TO. Nota: O item "Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias" foi lançado em "Outras Receitas Correntes".

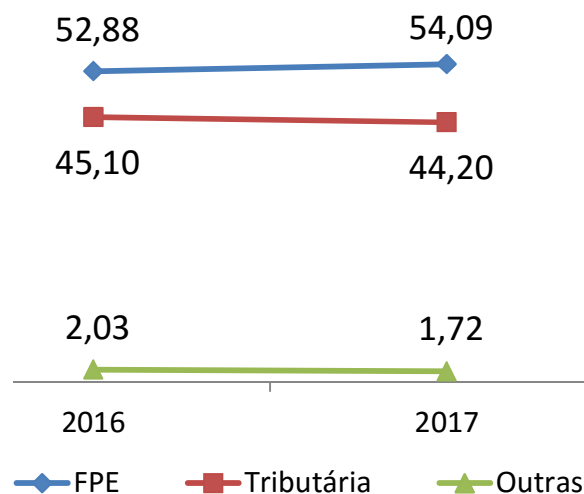
No período de janeiro a setembro de 2017, a arrecadação de receitas ordinárias cresceu 5,23% (nominal) comparando com o mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 3,95 bi em 2016 para R\$ 4,16 bi em 2017. Em termos reais, houve um aumento de 1,77%, ou seja, um acréscimo de R\$ 72,87 mi na arrecadação nesse período. A receita tributária foi de R\$ 2,12 bi em 2016 e R\$ 2,20 bi em 2017, com aumento nominal de 3,68% (acrécimo de R\$ 77,95 mi) e real de 0,37% (aumento de R\$ 8,26 mi). Nesse mesmo período, o FPE passou de R\$ 2,49 bi para R\$ 2,69 bi, crescimento nominal de 8,21% (acrécimo de R\$ 204,11 mi) e real de 4,51% (acrécimo de R\$ 117,24 mi).

As Receitas Ordinárias apresentaram os seguintes desempenhos reais: Tributárias (0,37%), Patrimoniais (-56,20%), Serviços (10.489,73%), Transferências Correntes (3,79%), Outras Receitas Correntes (34,83%) e Receitas de Capital (38,68%).

% DAS RECEITAS NA RECEITA TOTAL DO ESTADO
FONTE 0100 – RECURSOS ORDINÁRIOS – JANEIRO A AGOSTO (2016-2017)



Tipos de Receita



As Receitas Tributárias diminuíram a sua participação no total de recursos ordinários do Estado, passando de 45,10% em 2016 para 44,20% em 2017. Em sentido contrário, o FPE aumentou a sua participação de 52,88% em 2016 para 54,09 em 2017.

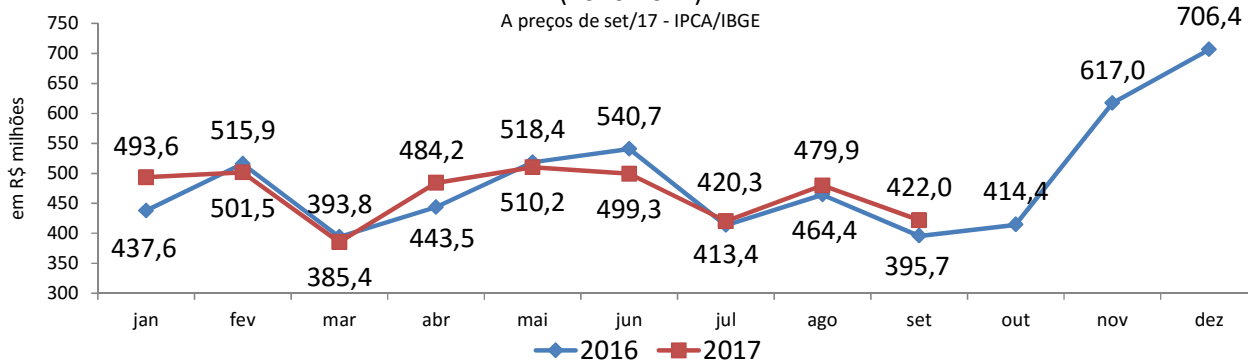
**TABELA 5 – POR MÊS – JANEIRO A SETEMBRO (2016-2017)
NOMINAL E REAL (A PREÇOS DE SETEMBRO/2017 – IPCA)**

Em R\$ milhões

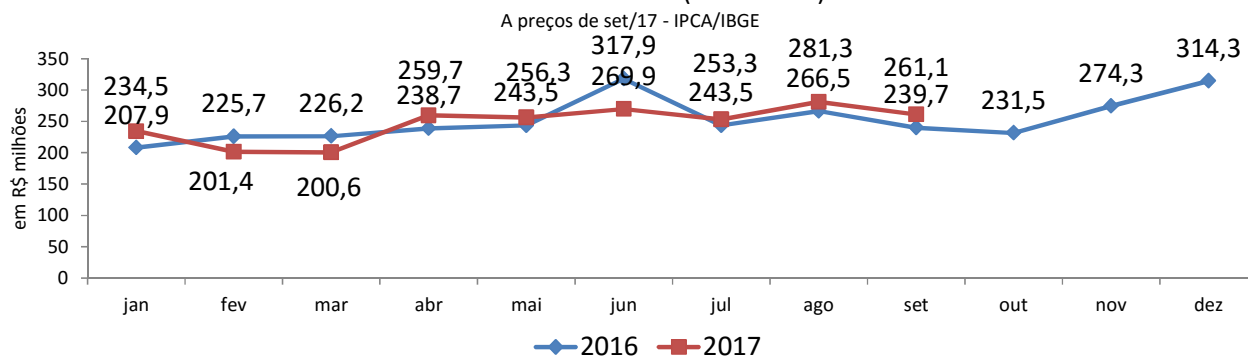
Mês	Nominal (A Preços Correntes)					A Preços de Agosto/2017 - IPCA				
	2016	2017	Var. %		Diferença	2016	2017	Var. %		Diferença
			Mês	Acum.				Mês	Acum.	
Janeiro	409,62	486,75	18,83	18,83	77,13	437,58	493,55	12,79	12,79	55,97
Fevereiro	487,31	496,20	1,82	9,59	8,89	515,93	501,48	(2,80)	4,35	(14,45)
Março	373,57	382,25	2,32	7,45	8,68	393,82	385,35	(2,15)	2,45	(8,47)
Abril	423,27	480,95	13,63	9,00	57,68	443,51	484,18	9,17	4,12	40,67
Mai	498,57	508,35	1,96	7,40	9,78	518,36	510,18	(1,58)	2,84	(8,18)
Junho	521,85	496,32	(4,89)	5,03	(25,53)	540,68	499,26	(7,66)	0,85	(41,42)
Julho	401,08	418,84	4,43	4,96	17,76	413,40	420,31	1,67	0,95	6,91
Agosto	452,55	479,18	5,89	5,07	26,63	464,40	479,95	3,35	1,25	15,54
Setembro	385,91	411,55	6,64	5,23	25,64	395,71	422,00	6,64	1,77	26,29
Subtotal	3.953,73	4.160,40	5,23	5,23	206,67	4.123,38	4.196,26	1,77	1,77	72,87
Outubro	405,20	-	-	-	-	414,40	-	-	-	-
Novembro	604,41	-	-	-	-	617,03	-	-	-	-
Dezembro	694,06	-	-	-	-	706,43	-	-	-	-
Subtotal	1.703,67	-	-	-	-	1.737,86	-	-	-	-
Total	5.657,40	4.160,40	(26,46)	-	(1.497,00)	5.861,25	4.196,26	(28,41)	-	(1.664,99)

Fonte: Sefaz-TO.

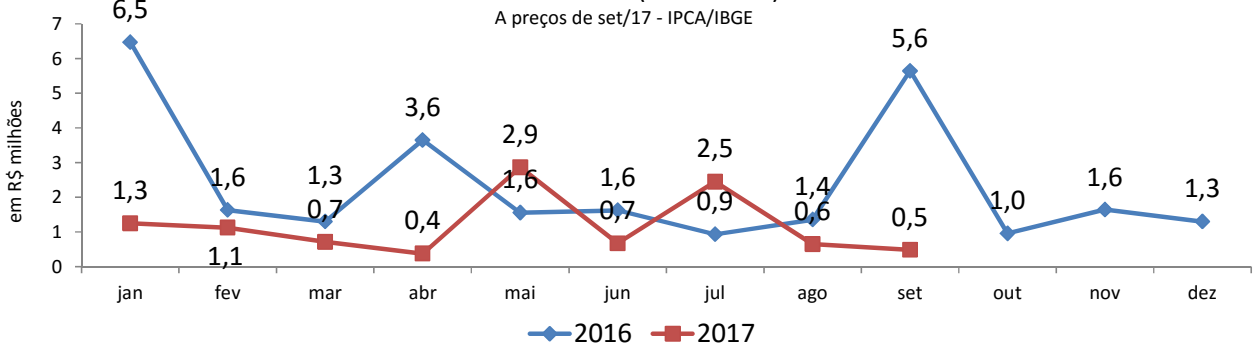
**RECEITAS ARRECADADAS PELO ESTADO DO TOCANTINS
(2016-2017)**



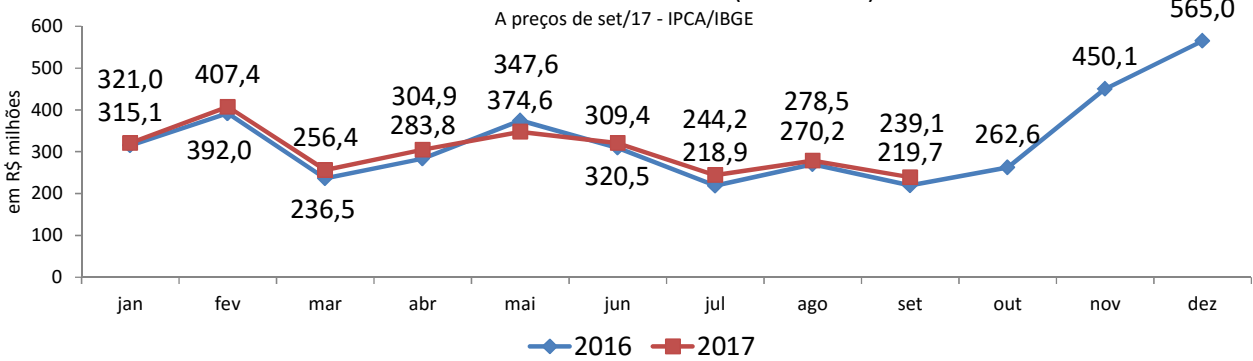
**RECEITAS ARRECADADAS PELO ESTADO DO TOCANTINS
RECEITA TRIBUTÁRIA (2016-2017)**



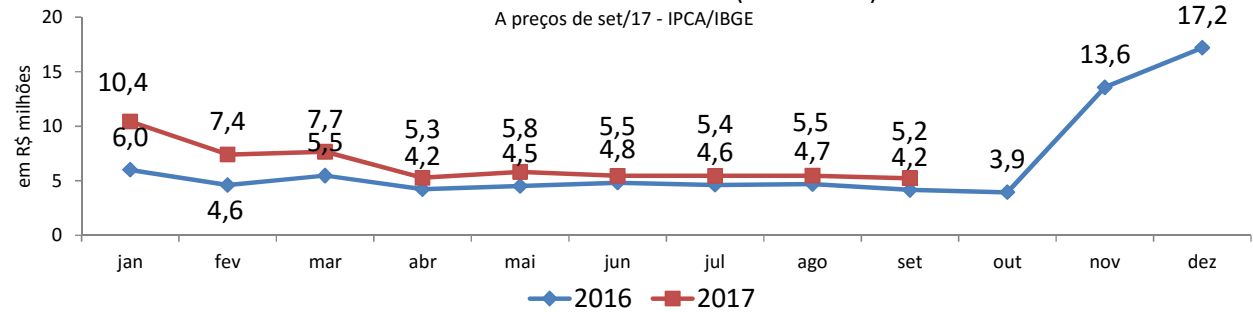
RECEITAS ARRECADADAS PELO ESTADO DO TOCANTINS
PATRIMONIAL (2016-2017)



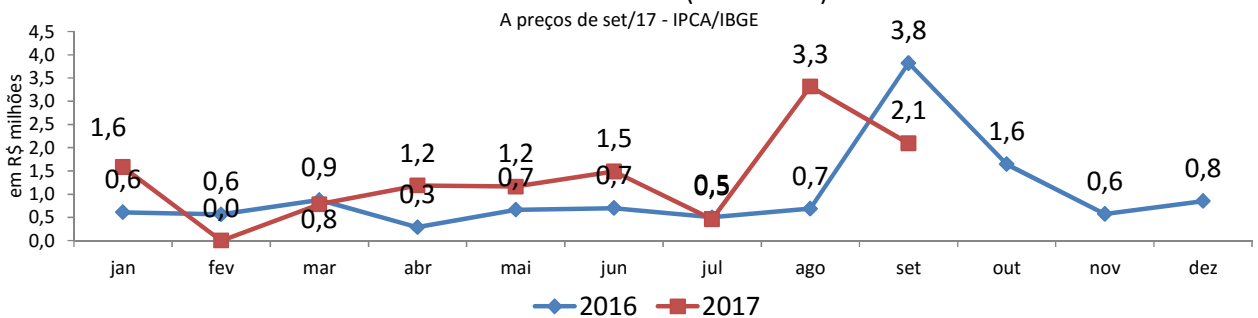
RECEITAS ARRECADADAS PELO ESTADO DO TOCANTINS
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (2016-2017)



RECEITAS ARRECADADAS PELO ESTADO DO TOCANTINS
OUTRAS RECEITAS CORRENTES (2016-2017)



RECEITAS ARRECADADAS PELO ESTADO DO TOCANTINS
RECEITAS DE CAPITAL (2016-2017)



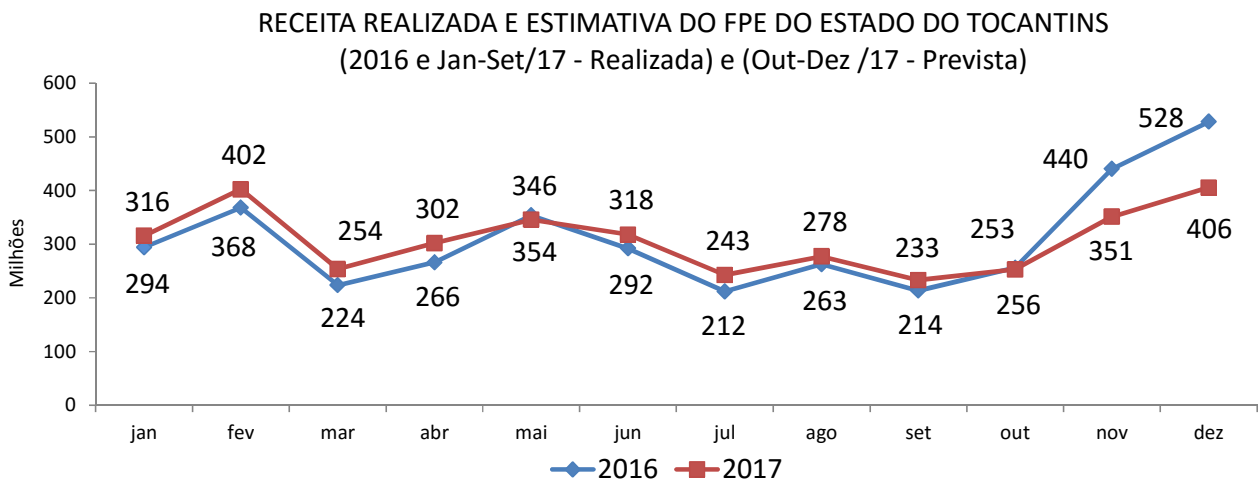
RECEITA DO FPE

TABELA 6 – RECEITA REALIZADA E PREVISTA DO FPE NOMINAL
(NOMINAL – A PREÇOS CORRENTES)
REALIZADAS (2016 E JAN-SET/17) E PREVISTAS (OUT-DEZ/17)

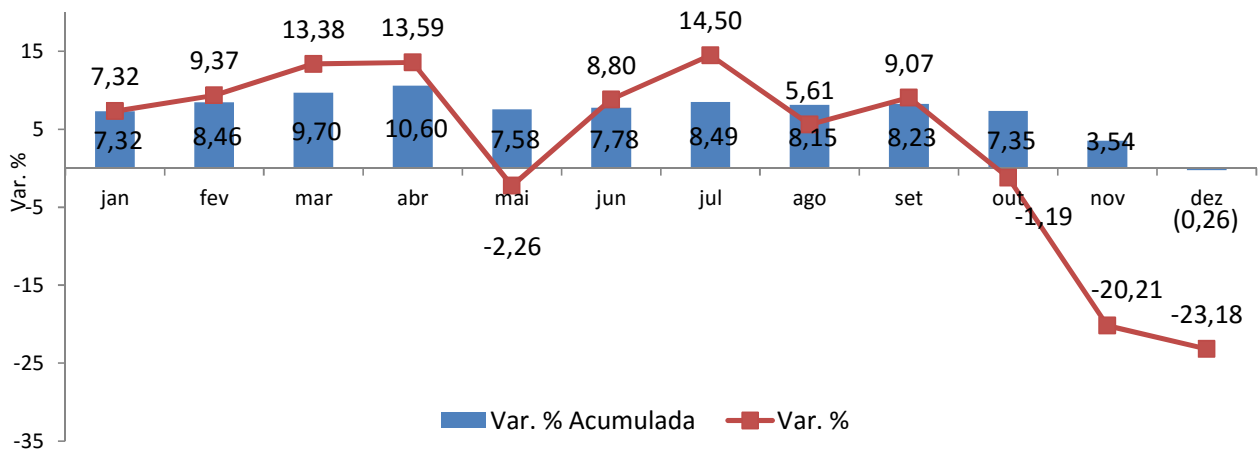
Em R\$

Mês	2016	2017	Var. %		Diferença
			Mês	Acum.	
Janeiro	294.364.786	315.915.532	7,32	7,32	21.550.746
Fevereiro	368.008.219	402.475.646	9,37	8,46	34.467.427
Março	223.835.064	253.784.356	13,38	9,70	29.949.292
Abril	266.091.820	302.250.047	13,59	10,60	36.158.228
Mai	353.807.039	345.828.570	(2,26)	7,58	(7.978.470)
Junho	292.327.422	318.064.121	8,80	7,78	25.736.699
Julho	211.940.810	242.669.841	14,50	8,49	30.729.031
Agosto	262.835.982	277.571.607	5,61	8,15	14.735.625
Setembro	213.738.165	233.115.836	9,07	8,23	19.377.672
Subtotal	2.486.949.307	2.691.675.556	8,23	8,23	204.726.250
Outubro	256.195.840	253.139.658	(1,19)	7,35	(3.056.182)
Novembro	440.367.076	351.385.050	(20,21)	3,54	(88.982.027)
Dezembro	528.259.776	405.794.777	(23,18)	(0,26)	(122.464.998)
Subtotal	1.224.822.692	1.010.319.485	(17,51)	(0,26)	(214.503.207)
TOTAL	3.711.771.999	3.701.995.041	(0,26)	(0,26)	(9.776.958)

Fonte: STN e Sefaz-TO.



DESEMPENHO DA RECEITA REALIZADA E ESTIMATIVA DO FPE DO ESTADO DO
TOCANTINS (2017/2016)



ARRECADAÇÃO DO ICMS

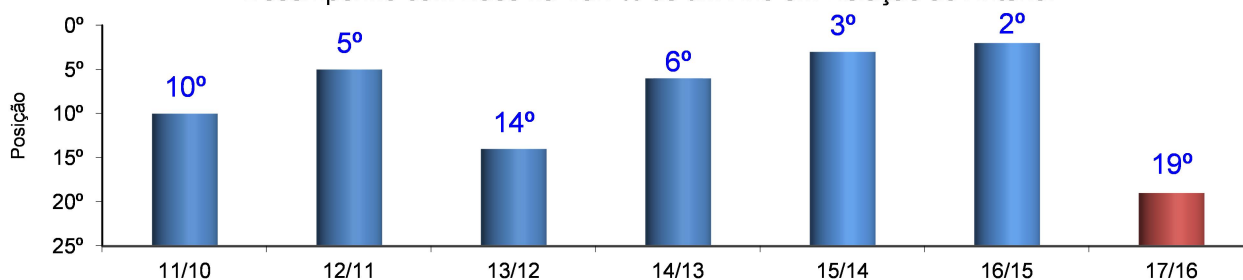
TABELA 7 – ARRECADAÇÃO DO ICMS NO CENÁRIO NACIONAL
JAN-JUL (2015 A 2017)

Em R\$ mil

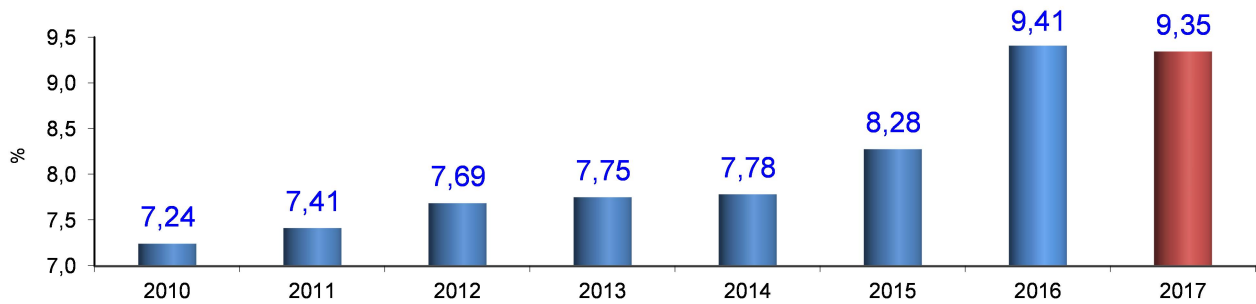
Unidades da Federação	2015		2016		2017		Var. %	
	Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total	16/15	17/16
Amazonas	5.020.277	1,92	4.595.473	1,68	5.244.399	1,82	-8,46 ²⁶	14,12 ¹
Paraná	15.913.029	6,09	17.403.250	6,38	19.828.046	6,88	9,36 ⁷	13,93 ²
Santa Catarina	10.636.774	4,07	11.318.436	4,15	12.694.531	4,40	6,41 ¹³	12,16 ³
Roraima	425.371	0,16	457.174	0,17	497.521	0,17	7,48 ¹⁰	8,83 ⁴
Minas Gerais	24.763.578	9,48	27.221.953	9,97	29.606.867	10,27	9,93 ⁶	8,76 ⁵
Acre	627.909	0,24	652.063	0,24	706.068	0,24	3,85 ¹⁹	8,28 ⁶
Amapá	517.732	0,20	457.503	0,17	493.366	0,17	-11,63 ²⁷	7,84 ⁷
Sergipe	1.924.780	0,74	1.939.827	0,71	2.091.810	0,73	0,78 ²¹	7,83 ⁸
Mato Grosso	5.622.829	2,15	6.322.859	2,32	6.805.823	2,36	12,45 ⁵	7,64 ⁹
Bahia	11.970.397	4,58	12.670.831	4,64	13.606.056	4,72	5,85 ¹⁵	7,38 ¹⁰
Piauí	2.115.746	0,81	2.254.925	0,83	2.415.697	0,84	6,58 ¹²	7,13 ¹¹
Pernambuco	8.498.568	3,25	8.691.212	3,18	9.300.211	3,23	2,27 ²⁰	7,01 ¹²
Ceará	6.405.434	2,45	6.777.919	2,48	7.251.476	2,52	5,82 ¹⁶	6,99 ¹³
Paraíba	3.020.145	1,16	3.149.338	1,15	3.363.848	1,17	4,28 ¹⁸	6,81 ¹⁴
Rio Grande do Sul	17.529.528	6,71	19.842.259	7,27	21.012.364	7,29	13,19 ⁴	5,90 ¹⁵
Distrito Federal	4.470.946	1,71	4.851.546	1,78	5.135.667	1,78	8,51 ⁸	5,86 ¹⁶
São Paulo	82.142.102	31,43	82.444.949	30,20	86.254.048	29,92	0,37 ²²	4,62 ¹⁷
Maranhão	3.239.273	1,24	3.843.268	1,41	4.018.395	1,39	18,65 ¹	4,56 ¹⁸
TOCANTINS	1.355.738	0,52	1.555.800	0,57	1.623.133	0,56	14,76²	4,33¹⁹
Rio Grande do Norte	3.006.746	1,15	3.258.538	1,19	3.390.123	1,18	8,37 ⁹	4,04 ²⁰
Goiás	8.893.853	3,40	9.306.183	3,41	9.662.842	3,35	4,64 ¹⁷	3,83 ²¹
Rondônia	2.113.454	0,81	2.111.677	0,77	2.191.049	0,76	-0,08 ²³	3,76 ²²
Alagoas	2.052.255	0,79	2.351.483	0,86	2.385.023	0,83	14,58 ³	1,43 ²³
Espírito Santo	6.090.111	2,33	5.947.710	2,18	5.970.462	2,07	-2,34 ²⁵	0,38 ²⁴
Rio de Janeiro	21.638.107	8,28	21.427.502	7,85	21.236.794	7,37	-0,97 ²⁴	-0,89 ²⁵
Pará	6.318.448	2,42	6.705.509	2,46	6.613.450	2,29	6,13 ¹⁴	-1,37 ²⁶
Mato Grosso do Sul	5.036.681	1,93	5.392.955	1,98	4.894.949	1,70	7,07 ¹¹	-9,23 ²⁷
BRASIL	261.349.811	100,00	272.952.142	100,00	288.294.018	100,00	4,44	5,62

Fonte: Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação (última atualização: 10/10/2017), Sefaz-TO e portal da transparência dos governos estaduais (os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples); Elaboração Sefaz-TO.

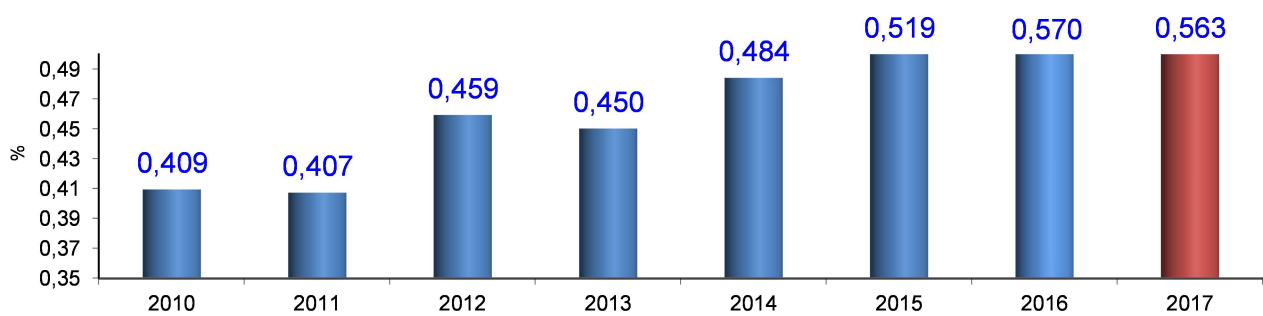
POSIÇÃO DO TOCANTINS NO RANKING NACIONAL DO ICMS Desempenho com Base na Var. % de um Ano em Relação ao Anterior



% REPRESENTATIVIDADE DO ICMS DO TOCANTINS NA REGIÃO NORTE



% REPRESENTATIVIDADE DO ICMS DO TOCANTINS NO PAÍS



O Estado do Tocantins teve o 19º melhor desempenho nacional na arrecadação do ICMS no comparativo de 2017 com 2016, crescendo 4,33% (nominal), enquanto o Brasil cresceu 5,62%.

**TABELA 8 – ARRECADAÇÃO DO ICMS NO CENÁRIO NACIONAL
ACUMULADO DOS ÚLTIMOS 12 MESES – ABRIL**

Em R\$ mil

Unidades da Federação	set-2014 a ago-15 (a)		set-2015 a ago-16 (b)		set-2016 a ago-17 (c)		Var. %	
	Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total	b / a	c / b
Santa Catarina	16.306.337	4,08	16.752.704	4,06	18.862.027	4,37	2,74 ¹⁶	12,59 ¹
Roraima	641.021	0,16	680.401	0,16	753.444	0,17	6,14 ⁸	10,74 ²
Pernambuco	13.020.949	3,26	13.032.872	3,16	14.407.499	3,34	0,09 ²⁴	10,55 ³
Amazonas	7.588.752	1,90	7.060.278	1,71	7.798.047	1,81	-6,96 ²⁶	10,45 ⁴
Maranhão	4.949.428	1,24	5.622.946	1,36	6.183.502	1,43	13,61 ²	9,97 ⁵
Minas Gerais	38.163.824	9,55	40.405.113	9,79	44.274.731	10,26	5,87 ¹⁰	9,58 ⁶
Paraná	24.895.797	6,23	26.432.058	6,40	28.576.968	6,62	6,17 ⁷	8,11 ⁷
Distrito Federal	7.140.536	1,79	7.179.118	1,74	7.720.145	1,79	0,54 ²³	7,54 ⁸
TOCANTINS	2.040.842	0,51	2.262.291	0,55	2.428.911	0,56	10,85⁴	7,37⁹
Acre	940.861	0,24	1.003.325	0,24	1.071.942	0,25	6,64 ⁶	6,84 ¹⁰
Sergipe	2.875.119	0,72	2.932.703	0,71	3.130.694	0,73	2,00 ¹⁹	6,75 ¹¹
Ceará	9.841.805	2,46	10.231.592	2,48	10.909.691	2,53	3,96 ¹⁴	6,63 ¹²
Rio Grande do Sul	26.924.912	6,74	29.438.617	7,13	31.367.083	7,27	9,34 ⁵	6,55 ¹³
Rio Grande do Norte	4.564.666	1,14	4.778.242	1,16	5.080.481	1,18	4,68 ¹²	6,33 ¹⁴
Alagoas	3.075.415	0,77	3.419.824	0,83	3.621.920	0,84	11,20 ³	5,91 ¹⁵
Paraíba	4.578.316	1,15	4.669.476	1,13	4.939.473	1,14	1,99 ²⁰	5,78 ¹⁶
Bahia	18.223.081	4,56	19.335.286	4,68	20.442.982	4,74	6,10 ⁹	5,73 ¹⁷
Mato Grosso	8.446.127	2,11	9.778.024	2,37	10.153.640	2,35	15,77 ¹	3,84 ¹⁸
Goiás	13.808.774	3,46	14.157.540	3,43	14.691.315	3,40	2,53 ¹⁷	3,77 ¹⁹
São Paulo	125.470.169	31,40	126.293.076	30,58	129.676.975	30,05	0,66 ²²	2,68 ²⁰
Piauí	3.197.890	0,80	3.361.995	0,81	3.450.111	0,80	5,13 ¹¹	2,62 ²¹
Rondônia	3.171.590	0,79	3.147.317	0,76	3.214.751	0,74	-0,77 ²⁵	2,14 ²²
Amapá	822.950	0,21	725.480	0,18	736.168	0,17	-11,84 ²⁷	1,47 ²³
Pará	9.755.320	2,44	10.127.076	2,45	9.992.147	2,32	3,81 ¹⁵	-1,33 ²⁴
Rio de Janeiro	32.428.289	8,11	32.823.383	7,95	31.588.636	7,32	1,22 ²¹	-3,76 ²⁵
Mato Grosso do Sul	7.632.456	1,91	7.943.124	1,92	7.625.431	1,77	4,07 ¹³	-4,00 ²⁶
Espírito Santo	9.132.362	2,29	9.331.059	2,26	8.834.905	2,05	2,18 ¹⁸	-5,32 ²⁷
BRASIL	399.637.588	100,00	412.924.919	100,00	431.533.617	100,00	3,32	4,51

Fonte: Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação (última atualização: 10/10/2017), Sefaz-TO e portal da transparência dos governos estaduais (os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples); Elaboração Sefaz-TO.

No acumulado dos últimos 12 meses, o Estado do Tocantins teve o 9º melhor desempenho nacional na arrecadação do ICMS no comparativo de set-16/ago-2017 com set-15/ago-16, crescendo 7,37% (nominal), enquanto o Brasil cresceu 4,51%.

**TABELA 9 – ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SEGMENTO ECONÔMICO
JANEIRO A SETEMBRO 2016-2017**

Em R\$ milhões

Segmento Econômico	Qtde. Contrib.		2016		2017		Var. %	Diferença 2017-2016
	Qtde.	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total		
Combustíveis, Lubrificantes, GLP e Outros Derivados de Petróleo	1.266	5,17	632,79	36,03	645,44	34,88	2,00	12,65
Energia Elétrica	57	0,23	211,37	12,03	187,29	10,12	(11,39)	(24,08)
Bebidas em Geral	455	1,86	108,86	6,20	151,93	8,21	39,57	43,08
Telecomunicações	180	0,73	137,73	7,84	132,39	7,15	(3,88)	(5,34)
Veículos Automotores e Componentes	2.330	9,51	98,84	5,63	109,32	5,91	10,61	10,48
Produtos Alimentícios em Geral	1.331	5,43	77,83	4,43	83,43	4,51	7,20	5,60
Hipermercados e Congêneres	2.710	11,06	73,86	4,20	79,62	4,30	7,80	5,76
Prod. Médicos e Odont., Farmac., de Higiene Pessoal e Limpeza	1.454	5,93	55,91	3,18	68,88	3,72	23,19	12,96
Material de Construção em Geral	2.601	10,61	62,92	3,58	56,15	3,03	(10,77)	(6,78)
Móveis, Eletrod., Apar. Eletrônicos, de uso Pessoal e Doméstico	1.100	4,49	41,38	2,36	43,72	2,36	5,66	2,34
Carnes e Derivados	575	2,35	35,86	2,04	35,70	1,93	(0,45)	(0,16)
Tecidos, Confecções, Vestuário e Calçados	2.185	8,92	31,29	1,78	34,93	1,89	11,61	3,63
Transportes em Geral e Armazenagens	990	4,04	19,13	1,09	22,78	1,23	19,04	3,64
Produtos Agropecuários e Veterinários	695	2,84	16,39	0,93	19,75	1,07	20,55	3,37
Artigos de Tabacaria	22	0,09	14,37	0,82	13,97	0,75	(2,82)	(0,40)
Produtos de Informática e Equipamentos de Comunicação	614	2,51	4,63	0,26	7,50	0,41	61,89	2,87
Restaurantes e Outros Estabel. de Serviços de Alimentação	1.657	6,76	5,87	0,33	6,59	0,36	12,26	0,72
Prod. Fotográficos, Fonográficos, Óticos e Instrumentos Musicais	246	1,00	3,41	0,19	4,21	0,23	23,70	0,81
Brinquedos, Artigos de Armarinho e Variedades	338	1,38	3,36	0,19	3,93	0,21	16,71	0,56
Couros	7	0,03	5,08	0,29	3,91	0,21	(23,15)	(1,18)
Plásticos e Embalagens	46	0,19	3,54	0,20	3,65	0,20	3,20	0,11
Artigos Esportivos, de Caça, Pesca e Camping	234	0,95	2,83	0,16	3,63	0,20	28,36	0,80
Livros, Jornais, Revistas, Papelaria e Artigos de Escritório	520	2,12	2,34	0,13	2,79	0,15	19,37	0,45
Jóias, Bijuterias e Relógios	183	0,75	1,35	0,08	1,54	0,08	13,73	0,19
Construção Civil	641	2,62	1,03	0,06	1,16	0,06	12,47	0,13
Atividades Econômicas não Selecionadas	2.069	8,44	14,58	0,83	25,05	1,35	71,80	10,47
Subtotal	24.506	100,00	1.666,56	94,88	1.749,25	94,53	4,96	82,69
Pessoa Física (Produtor Rural)	93.966	79,31	23,86	1,36	23,31	1,26	(2,33)	(0,56)
Contribuinte Eventual			66,03	3,76	77,93	4,21	18,03	11,90
TOTAL GERAL	118.472	100,00	1.756,46	100,00	1.850,49	100,00	5,35	94,04

Fonte: SEFAZ/TO; Notas: 1) Empresas = quantidade de empresas ativas na data da elaboração do relatório (20/10/2017), cadastradas até 30/09/17; 2) ICMS - arrecadação com todos códigos de receita do ICMS (inclui: juros, multa, correção monetária, dívida ativa e Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEOP-TO) - Lei 3.015/15, em Regime de Caixa. O ICMS foi relacionado à inscrição estadual e, por conseguinte, à CNAE Subclasses, portanto, pode haver divergência se o contribuinte com inscrição estadual tiver recolhido o imposto apenas informando o CNPJ; 3) Nos segmentos da arrecadação do ICMS foram considerados apenas os contribuintes Pessoas Jurídicas inscritas no CCI-TO, inclusive os optantes do Simples Nacional. O item Pessoa Física (produtor rural) tem como referência o CPF do contribuinte. O valor que resta para totalizar o ICMS recolhido no período foi lançado no item "Contribuinte Eventual". Poder haver também recolhimento de contribuinte inscrito no CCI-TO, mas que recolheu o imposto informando apenas o CNPJ; 4) Contribuinte Eventual - não cadastrado no CCI-TO.

Os segmentos econômicos com maior representatividade na arrecadação do ICMS no período de janeiro a setembro de 2017 foram: Combustíveis, Lubrificantes, GLP e Outros Derivados de Petróleo (R\$ 645,44 mi ou 34,95% do total); Energia Elétrica (R\$ 187,29 mi ou 10,12 % do total); Bebidas em Geral (R\$ 151,93 mi ou 8,21% do total); Telecomunicações (R\$ 132,39 mi ou 7,15% do total); e Veículos Automotores e Componentes (R\$ 109,32 mi ou 5,91% do total). Essas cinco atividades econômicas representam 66,27% do total do ICMS recolhido em 2017.

Os melhores desempenhos entre os 10 maiores segmentos econômicos em 2017, comparados com 2016, foram: Bebidas em Geral (39,57%, sendo R\$ 108,86 mi em 2016 e R\$ 151,93 mi em 2017); Produtos Médicos e Odontológicos, Farmacêuticos, de Higiene Pessoal e Limpeza (23,19%, sendo R\$ 55,91 mi em 2016 e R\$ 68,88 mi em 2017); Veículos Automotores e Componentes (10,61%, sendo R\$ 98,84 mi em 2016 e R\$ 109,32 mi em 2017); Hipermercados e Congêneres (7,80%, sendo R\$ 73,86 mi em 2016 e R\$ 79,62 mi em 2017); e Produtos Alimentícios em Geral (7,20%, sendo R\$ 77,83 mi em 2016 e R\$ 83,43 mi em 2017);

Os piores desempenhos vieram de Couros (-23,15%, sendo R\$ 5,08 mi em 2016 e R\$ 3,91 mi em 2017); Energia Elétricaⁱ (-11,39% sendo R\$ 211,37 mi em 2016 e R\$ 187,29 mi em 2017); Material de Construção em Geral (-10,77%, sendo R\$ 62,92 mi em 2016 e R\$ 56,15 mi em 2017); Telecomunicações (-3,88%, sendo R\$ 137,73 mi em 2016 e R\$ 132,39 mi em 2017); e Artigo de Tabacaria (-2,82%, sendo R\$ 14,37 mi em 2016 e R\$ 13,97 mi em 2017).

O cadastro de contribuintes do ICMS é composto de 118.472 contribuintes ativos, sendo 24.506 empresas, pessoas jurídicas (20,69 % do total), e 93.966 produtores rurais, pessoas físicas (79,31% do total). As atividades econômicas mais representativas entre as empresas foram: Hipermercados e Congêneres (2.710 empresas ou 11,06% do total); Material de Construção em Geral (2.601 empresas ou 10,61% do total); Veículos Automotores e Componentes (2.330 empresas ou 9,51% do total); e Tecidos, Confecções, Vestuário e Calçados (2.185 empresas ou 8,92% do total).

ⁱ A forte queda do segmento de Energia Elétrica em 2017 se deu em virtude do impacto negativo das ações judiciais com decisões determinando a exclusão de valores cobrados aos consumidores de energia elétrica, relativo à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd) e Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) no período de fevereiro a abril de 2017 (restam ainda as ações individuais que impactam, em menor proporção, a arrecadação do ICMS deste segmento).